

500 ANOS

Presos nove sem-terra em conflito em Itabuna

Polícia barrou sete ônibus do MST que se dirigiam a Porto Seguro

BIAGGIO TALENTO

SALVADOR — Militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) entraram em conflito ontem com policiais militares em Itabuna, a 439 quilômetros da capital baiana. Uma barreira parou os sete ônibus em que viajavam para Porto Seguro, para participar dos eventos paralelos às comemorações dos 500 anos de Descobrimento. Houve troca de pedradas e alguns policiais chegaram a disparar suas armas para o alto, com o objetivo de dispersar os militantes. Nove foram presos, e detidos dois estudantes de Barcelona, que estão visitando o assentamento do MST do município de Wenceslau Guimarães.

A confusão ocorreu na Rodovia BR-101, trecho próximo à entrada de Itabuna. Os policiais verificaram que a documentação dos veículos estava regular mas, ao pedirem as carteiras de identidade dos passageiros, descobriram os dois cidadãos espanhóis, portando vistos de turistas, levaram-nos à delegacia local e posteriormente à sede da Polícia Federal, na vizinha cidade de Ilhéus, para averiguação.

A medida causou revolta entre os militantes, que decidiram bloquear os acessos rodoviários de Itabuna. Na tentativa de liberar a pista principal, policiais militares investiram contra os trabalhadores rurais e foram recebidos a pedradas. Alguns soldados responderam atirando pedras, outros dispararam suas armas para o alto provocando correria entre os militantes. Um gru-

po de 70 permaneceu na entrada de Itabuna, outros 200 refugiaram-se na sede do MST no centro e cerca de 150 dispersaram-se. Como três soldados saíram feridos no conflito, nove militantes foram presos e autuados por agressão.

Tensão — Cercada na sede do MST de Itabuna, Rosa Oliveira, uma das lideranças estaduais do movimento, disse no início da tarde que se concretizaram os boatos segundo os quais o governo baiano iria tentar impedir o acesso dos militantes de organizações populares em Porto Seguro, durante as comemorações dos 500 anos. “Os policiais disseram ter recebido ordens superiores para impedir nossa passagem”, contou, informando que os militantes estão sendo pressionados a voltar para seus acampamentos e entregar sete líderes do MST à polícia.

O comandante da PM em Itabuna, tenente-coronel Gilberto Santana, negou a existência de qualquer determinação do governo para bloquear o acesso do MST. “A recomendação é para abordarmos os ônibus que estão indo para lá, devido ao grande número de autoridades que participarão da festa”, disse, informando que os militantes do MST foram presos porque agrediram os policiais.

Ditadura — Ao desembarcar ontem em Salvador, o presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, classificou a repressão da PM a militantes dos sem-terra em Itabuna como a “volta da ditadura” na Bahia. Lula disse que está temeroso por causa do clima tenso criado em Porto Seguro, a ponto de ele decidir não comparecer à festa dos 500 anos.



Índio passa por detector de metal, anteontem, no Palácio do Planalto

Em Pernambuco, índios de 8 tribos fazem manifestações

Ato contou com apoio de partidos políticos, movimentos populares, Igreja e CUT

RECIFE — Duzentos e cinquenta indígenas das oito tribos pernambucanas participaram durante todo o dia de ontem de várias manifestações públicas, no Recife, em protesto contra os festejos dos 500 anos do Descobrimento.

Pela manhã, eles participaram de uma sessão especial na Assembléia Legislativa dedicada aos indígenas, negros e movimentos populares. No plenário, dançaram o toré — dança de guerra e de resistência, de caráter religioso. Depois plantaram uma muda de jurema — árvore considerada sagrada para os índios nordestinos — no Monumento Tortura Nunca Mais, na Rua da Aurora, centro da cidade.

No fim da tarde, voltaram o

dançar o toré no ato público realizado no Marco Zero da cidade, no bairro do Recife Antigo, depois de uma passeata por ruas centrais. O ato contou com o apoio de partidos políticos, movimentos populares, Igreja e Central Única dos Trabalhadores.

Faixas carregadas pelas tribos denunciavam falta de pagamento de indenizações de terras dos truká, pediam seriedade na demarcação de terras dos pankaruru e exigiam punição para o assassinato do cacique Chicão, da tribo xucuru, ocorrido há dois anos. Para o líder dos xucuru, José de Santa, “os vários governos acabaram com a riqueza e a dignidade dos índios.”

Mas, segundo Santa, “esses 500 anos também foram de resistência, e nós vamos continuar resistindo e lutando por respeito, por terra e por condição de sobrevivência digna”. (Ângela Lacerda)

Promotores investigarão se Greca incentivou invasão de área indígena

Ministro pediu a governo da Bahia medidas contra construção de monumento em reserva

HUGO MARQUES

BRASÍLIA — Os Ministérios Públicos da Bahia e do Distrito Federal vão investigar a suposta participação do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca (PFL), no episódio que levou a Polícia Militar da Bahia a invadir o Parque Indígena de Coroa Vermelha (BA), destruindo o monumento em construção pelos índios. No dia 4, antes da invasão da aldeia por 200 policiais, Greca enviou um fax ao governador do Estado, César Borges (PFL), solicitando que fossem tomadas medidas em relação ao monumento. Segundo a cópia do fax, obtida pelo Ministério Público, o ministro considerava a obra “provocação de factóide destinado à mídia”.

Em seu fax, Greca informava que recebera da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) um ofício relatando a “invasão” do parque indígena pelo escultor Dam Baron Cohen, “natural do País de Gales”, com “a pretensão de construir ali monumento contrário à comemoração nacional dos 500 anos”. Greca enumerou em seu fax vários motivos pelos quais a área não seria “edificável”. Entre outros argumentos, destacou que a área foi considerada “paisagem monumento” pelo relatório de impacto ambiental de implantação do parque. Greca dis-

se ao governador que o “pretensão monumento” é “provocação de factóide destinado à mídia desfavorável internacional”. Em seguida, pediu auxílio ao governador para proceder “à adoção de medidas administrativas e preventivas adequadas”. O Ministério Público quer saber por que o ministro não mobilizou a Fundação Nacional do Índio (Funai), para saber o que estava ocorrendo na aldeia. O Ministério Público quer investigar ainda se o fax do ministro teria incentivado a ação do governo da Bahia. Segundo os procuradores, a legislação atual só permite a entrada em terra indígena de forças policiais federais acompanhadas de representantes da Funai.

Negativa — Greca disse, por intermédio de sua Assessoria de Imprensa, que não sugeriu ao governo da Bahia uma invasão policial na área indígena. Ele afirmou que pretendia que fossem tomadas apenas “medidas administrativas”, como providências

jurídicas. Greca disse que enviou o fax ao governador César Borges, depois de alertado pelo próprio governo baiano sobre a construção do monumento.

O ministro, segundo a Assessoria, disse que há dois anos vem negociando a remoção de não índios de áreas indígenas, na Bahia. O presidente da Conder, Mário de Paulo Guimarães Gordilho, foi procurado à tarde para falar sobre o ofício que enviou ao ministro denunciando a construção do monumento em Coroa Vermelha, mas não respondeu até a noite.

**MINISTRO
 PEDIU
 AUXÍLIO AO
 GOVERNADOR**